

# Sumário

<b>Dedicatória</b> .....	5
<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Prefácio</b> .....	11
<b>Sobre os autores</b> .....	15
<b>Índice de vídeos (playlist)</b> .....	51
<b>Epígrafe</b> .....	55

## Parte 1

### FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS DO DIREITO IMOBILIÁRIO

<b>Capítulo 1</b> – Direito Imobiliário Contemporâneo .....	59
<i>MELHIM NAMEM CHALHUB</i>	
1.1. Evolução normativa infraconstitucional e constitucional .....	60
1.2. O Direito Imobiliário como ferramenta do planejamento e da gestão das cidades: o Estatuto da Cidade .....	63
1.3. Inovações legislativas no direito imobiliário contemporâneo .....	64
1.4. Conceito de direito imobiliário .....	69
1.5. Referências bibliográficas .....	70

<b>Capítulo 2 – Posse</b> .....	71
<i>UMBERTO BARA BRESOLIN</i>	
2.1. Breves noções históricas .....	72
2.2. A importância da posse para o Direito .....	73
2.2.1. A especial relevância da posse no Direito Imobiliário brasileiro .....	74
2.2.2. Função social da posse .....	74
2.3. Conceitos fundamentais a respeito da posse .....	75
2.3.1. Elementos da posse .....	75
2.3.2. Teorias sobre a posse .....	75
2.3.3. Objeto da posse .....	77
2.3.4. Posse e composses .....	77
2.3.5. Posse e propriedade .....	78
2.3.6. Posse, detenção, permissão e tolerância .....	78
2.3.7. Juízo possessório e juízo petitório .....	79
2.4. Classificação da posse .....	80
2.4.1. Em função do modo de aquisição: posses justa e injusta; natural e civil ...	80
2.4.2. Em função dos aspectos subjetivos do possuidor: posses de boa-fé e de má-fé .....	81
2.4.3. Em função dos efeitos: posse <i>ad interdicta</i> e <i>ad usucapionem</i> .....	82
2.4.4. Em função do tempo: posses nova e velha .....	82
2.4.5. Em função do sujeito que a exerce: posses direta e indireta .....	83
2.5. Aquisição, transmissão e perda da posse .....	83
2.5.1. Momento .....	84
2.5.2. Sujeitos .....	84
2.5.3. Modos .....	84
2.5.3.1. O constituto possessório .....	85
2.5.4. Características da posse conservada ou transmitida. Mutações da posse...	85
2.5.5. Acessão da posse .....	86
2.5.6. Perda da posse .....	87

2.6.	Exercício da posse e seus efeitos .....	87
2.6.1.	Direitos de usar e fruir da coisa possuída .....	87
2.6.2.	Direito de defender a posse por meio dos interditos .....	88
2.6.3.	Responsabilidade pela perda ou pela deterioração da coisa possuída .....	88
2.6.4.	Indenização e retenção por benfeitorias .....	88
2.6.5.	Aquisição da propriedade por usucapião .....	89
2.7.	Referências bibliográficas .....	89
2.8.	Material complementar .....	90
<b>Capítulo 3</b>	<b>– Os direitos reais no Código Civil de 2002 .....</b>	<b>93</b>
	<i>ROBERTA MAURO MEDINA MAIA</i>	
3.1.	As características dos direitos das coisas .....	94
3.2.	Os direitos reais previstos no art. 1.225 do CC 2002 .....	99
3.2.1.	Direitos reais sobre coisa própria – espécies e generalidades .....	100
3.2.2.	Os direitos reais sobre coisa alheia .....	102
3.2.2.1.	Direitos reais de gozo ou fruição – espécies e generalidades .....	102
3.2.2.2.	Direitos reais de aquisição – espécies e generalidades .....	107
3.2.2.3.	Direitos reais de garantia – espécies e generalidades .....	107
3.3.	O direito de propriedade como direito real por excelência .....	117
3.3.1.	Função social da propriedade .....	136
3.3.2.	O condomínio como exceção à regra da exclusividade .....	143
3.4.	Referências bibliográficas .....	145
3.5.	Material complementar .....	148
<b>Capítulo 4</b>	<b>– Usucapião de bens imóveis .....</b>	<b>151</b>
	<i>JÉVERSON LUÍS BOTTEGA</i>	
4.1.	Considerações iniciais acerca do instituto .....	152
4.2.	Usucapião como forma de aquisição originária da propriedade .....	154
4.3.	Pressupostos e modalidades de usucapião .....	155
4.3.1.	Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC) .....	158
4.3.2.	Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC) .....	158

4.3.3.	Usucapião especial rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF, reproduzido no art. 1.239 do CC).....	159
4.3.4.	Usucapião especial urbana ou pró-moradia (art. 183 da CF, reproduzido no art. 9º da Lei nº 10.257/2001 e no art. 1.240 do CC) .....	159
4.3.5.	Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 da Lei nº 10.257/2001) .....	160
4.3.6.	Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC) .....	160
4.3.7.	Usucapião especial indígena (art. 33 da Lei nº 6.001/1973) .....	161
4.3.8.	Usucapião administrativa (art. 26 da Lei nº 13.465/2017) .....	161
4.4.	Diferenças e semelhanças entre a usucapião judicial e a extrajudicial.....	162
4.5.	Especificidades do procedimento da usucapião extrajudicial.....	164
4.5.1.	Requerimento .....	165
4.5.2.	Ata notarial.....	167
4.5.3.	Documentos comprobatórios da posse e da qualidade da posse .....	168
4.5.4.	Trabalhos técnicos.....	169
4.5.5.	Anuências .....	169
4.5.6.	Certidões judiciais cíveis.....	171
4.5.7.	Demais documentos e certidões.....	172
4.5.8.	Síntese das fases do procedimento .....	172
4.6.	Referências bibliográficas.....	174
4.7.	Material complementar .....	174

## Parte 2 DIREITO MATERIAL IMOBILIÁRIO

<b>Capítulo 5</b>	– Contratos imobiliários.....	181
	<i>OLIVAR VITALE</i>	
5.1.	Considerações iniciais.....	182
5.2.	Contratos Preliminares .....	183
5.2.1.	Opção de compra .....	184
5.2.2.	Opção de venda.....	184
5.2.3.	Opção de venda e compra.....	184

5.2.4.	Da promessa de compra e venda .....	185
5.2.4.1.	Estudo da documentação .....	186
5.3.	Compra e Venda .....	187
5.4.	Permuta .....	188
5.4.1.	Permuta com torna .....	189
5.4.2.	Permuta por unidade futura .....	190
5.4.3.	Vantagens e desvantagens .....	190
5.4.4.	Permuta financeira .....	191
5.4.5.	Permuta com retenção .....	191
5.5.	Garantias .....	192
5.6.	Contratos de Construção .....	193
5.6.1.	Empreitada ou Preço Fechado .....	194
5.6.2.	Administração ou Preço de custo .....	194
5.6.3.	Preço Máximo Garantido – PMG .....	195
5.7.	Referências bibliográficas .....	195
5.8.	Material complementar .....	196
<b>Capítulo 6</b>	<b>– Responsabilidade Civil no Direito Imobiliário .....</b>	<b>199</b>
	<i>GISELA SAMPAIO DA CRUZ GUEDES</i>	
6.1.	A interação da responsabilidade civil com o Direito Imobiliário .....	200
6.2.	O inadimplemento da promessa e do contrato definitivo de compra e venda de imóvel e suas consequências .....	201
6.2.1.	Efeito indenizatório na resolução por inadimplemento, na execução pelo equivalente e na execução específica .....	205
6.2.2.	Interesse positivo e interesse negativo: verbas que não podem ser cumuladas .....	210
6.3.	O inadimplemento da promessa de compra e venda de imóvel no âmbito da incorporação e suas consequências .....	213
6.4.	Responsabilidade civil na Lei dos Distratos .....	218
6.5.	Responsabilidade civil do corretor imobiliário .....	223
6.6.	Responsabilidade civil do registrador imobiliário .....	225

6.7.	Referências bibliográficas.....	229
6.8.	Material complementar .....	231
<b>Capítulo 7</b>	<b>– Corretagem Imobiliária.....</b>	<b>235</b>
	<i>ARAKEN DE ASSIS</i>	
7.1.	Considerações iniciais.....	236
7.2.	Da corretagem em geral.....	236
7.3.	Características do contrato de corretagem .....	237
7.4.	Função social da corretagem imobiliária.....	239
7.5.	Remuneração em razão da obtenção do resultado útil.....	242
7.6.	Contratação da remuneração do corretor .....	244
7.7.	Repercussões das vicissitudes do contrato intermediado na remuneração .....	246
7.8.	Pretensão à restituição da comissão do corretor .....	248
7.9.	Prazo prescricional da pretensão à restituição da remuneração do corretor .....	250
7.10.	Considerações finais .....	252
7.11.	Referências bibliográficas.....	252
7.12.	Material complementar .....	254
<b>Capítulo 8</b>	<b>– Registro de imóveis .....</b>	<b>257</b>
	<i>JÉVERSON LUÍS BOTTEGA</i>	
8.1.	Considerações iniciais.....	258
8.2.	Finalidades do serviço .....	260
8.3.	Sistema de registro de imóveis adotado no Brasil .....	265
8.4.	Regime jurídico do serviço .....	269
8.5.	Especificidades dos atos de registro .....	276
8.6.	Títulos passíveis de registro .....	280
8.7.	Processo de registro .....	282
8.8.	Qualificação registral .....	283
	8.8.1. Primeira etapa, análise preliminar .....	284
	8.8.2. Segunda etapa, saneamento .....	284

8.8.3.	Terceira etapa, verificação da validade do fato jurídico inscritível e sua aptidão para produzir efeitos (art. 1º da Lei nº 8.935/94).....	284
8.8.4.	Quarta etapa, especialidade subjetiva.....	285
8.8.5.	Quinta etapa, especialidade objetiva.....	285
8.8.6.	Sexta etapa, especialidade do fato jurídico inscritível.....	285
8.8.7.	Sétima etapa, requisitos extrarregistrais.....	286
8.8.8.	Oitava etapa, decisão fundamentada.....	286
8.9.	Suscitação de dúvida.....	286
8.10.	Referências bibliográficas.....	287
8.11.	Material complementar.....	289
<b>Capítulo 9</b>	<b>– Parcelamento do solo urbano.....</b>	<b>291</b>
	<i>PEDRO NIEBUHR</i>	
9.1.	Tempo e lugar da Lei n. 6.766/1979.....	292
9.1.1.	Fundamento constitucional e antecedentes normativos.....	292
9.1.2.	Incidência da Lei n. 6.766/1979 sob o aspecto funcional e espacial. A questão dos parcelamentos para fins não urbanos, fora da zona urbana ou congêneres.....	295
9.2.	Categorias fundamentais.....	303
9.3.	Modalidades: loteamento comum, loteamento de acesso controlado e desmembramento.....	305
9.3.1.	Loteamento comum.....	306
9.3.2.	Loteamento de acesso controlado.....	308
9.3.3.	Desmembramento.....	311
9.3.4.	O núcleo essencial das modalidades de parcelamento e a distinção entre os condomínios de lotes.....	312
9.4.	Vedações e requisitos mínimos.....	319
9.4.1.	Previsão de áreas públicas proporcionais à densidade de ocupação prevista, na legislação municipal, para a zona em que se situam.....	321
9.4.2.	Área mínima de lotes.....	321
9.4.3.	Faixas <i>non aedificandi</i> .....	322

9.4.3.1.	Faixa <i>non aedificandi</i> contígua à faixa de domínio de rodovias.....	323
9.4.3.2.	Faixa <i>non aedificandi</i> contígua a cursos d'água (águas correntes e dormentes) .....	325
9.5.	Aprovação municipal e licenciamento ambiental.....	331
9.5.1.	A exigibilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança .....	333
9.5.2.	Licenciamento ambiental .....	337
9.5.3.	Demais aprovações, alvará de licença, prazos para análise e efeitos do silêncio administrativo.....	340
9.6.	Registro do parcelamento .....	341
9.7.	Restrições ou cláusulas convencionais .....	342
9.8.	Transferência e recebimento pelo município das áreas públicas e equipamentos urbanos.....	349
9.9.	Alteração e cancelamento .....	353
9.10.	Aproveitamento dos lotes antes da conclusão dos loteamentos .....	355
9.11.	Conclusão e entrega do parcelamento .....	358
9.12.	Referências bibliográficas.....	358
9.13.	Material complementar .....	360
<b>Capítulo 10</b>	<b>– Incorporação imobiliária .....</b>	<b>365</b>
	<i>MARCUS VINÍCIUS MOTTER BORGES</i>	
10.1.	Noções introdutórias .....	366
10.1.1.	Conceito contemporâneo de incorporação imobiliária.....	367
10.1.2.	Conceito contemporâneo de incorporador .....	375
10.2.	O contrato de incorporação imobiliária .....	380
10.2.1.	Conceito, natureza jurídica e características.....	380
10.2.1.1.	A questão do contrato de adesão .....	383
10.2.2.	Elementos do contrato de incorporação imobiliária .....	388
10.2.2.1.	Elemento subjetivo: as partes da incorporação imobiliária...	389
10.2.2.1.1.	Quem pode ser incorporador .....	389



10.2.2.1.2.	Quem pode ser equiparado ou responder como incorporador .....	391
10.2.2.1.3.	Adquirente de unidade autônoma .....	398
10.2.2.1.4.	Direitos e deveres dos contratantes .....	399
10.2.2.2.	Elemento objetivo: o objeto do contrato de incorporação.....	400
10.2.2.3.	Elemento formal: prática de atos formais inerentes à incorporação imobiliária.....	402
10.2.2.4.	O contrato de incorporação imobiliária e o Código de Defesa do Consumidor .....	402
10.2.2.4.1.	A configuração (ou não) da relação de consumo.....	403
10.2.2.4.2.	A aplicação complementar do CDC na incorporação imobiliária.....	407
10.3.	A incorporação imobiliária conforme o regime de construção .....	411
10.3.1.	Construção por conta e risco do incorporador.....	412
10.3.2.	Construção por empreitada.....	413
10.3.3.	Construção por administração (a preço de custo).....	414
10.3.4.	Construção por preço máximo garantido (PMG) .....	418
10.4.	Principais instrumentos contratuais para a alienação das unidades autônomas.....	419
10.4.1.	Noções gerais e características comuns .....	419
10.4.1.1.	A compra e venda de imóveis: promessa e contrato .....	419
10.4.1.2.	Exequibilidade do instrumento contratual.....	421
10.4.1.3.	Conteúdo mínimo das cláusulas .....	423
10.4.2.	Contrato de promessa de compra e venda de unidade autônoma (coisa futura) .....	423
10.4.3.	Contrato de promessa de compra e venda de fração ideal de terreno e contrato de construção da unidade.....	424
10.4.4.	A questão do quadro-resumo (art. 35-A).....	425
10.4.4.1.	O campo de incidência do art. 35-A .....	426
10.4.4.2.	A forma e o conteúdo do quadro-resumo .....	427

10.4.4.2.1.	Informações sobre valores e forma de pagamento.....	428
10.4.4.2.2.	Informações sobre o empreendimento imobiliário .....	429
10.4.4.2.3.	Informações acerca do desfazimento do negócio .....	430
10.4.4.3.	O saneamento da informação omitida e a rescisão do contrato .....	433
10.4.4.3.1.	Prazo para identificação da ausência da informação no quadro-resumo.....	433
10.4.4.3.2.	Forma de cientificação do incorporador .....	434
10.4.4.3.3.	A consequência do não saneamento.....	434
10.5.	O patrimônio de afetação .....	436
10.5.1.	Importância, conceituação e constituição do patrimônio de afetação.....	436
10.5.2.	Obrigações decorrentes do patrimônio de afetação .....	437
10.5.3.	A extinção do patrimônio de afetação .....	438
10.5.4.	O patrimônio de afetação, a falência e a recuperação judicial do incorporador.....	438
10.6.	O ciclo faseado da incorporação imobiliária.....	439
10.6.1.	Fase preparatória ou de formação negocial .....	442
10.6.1.1.	Identificação do terreno e realização de estudos e análises preliminares.....	442
10.6.1.2.	A contratação do terreno .....	443
10.6.1.3.	Regularizações prévias do terreno, elaboração, aprovação e alteração superveniente de projetos .....	447
10.6.1.4.	Definição da estruturação jurídico-societária e financeira do empreendimento .....	452
10.6.1.5.	Registro da incorporação imobiliária no Registro de Imóveis ...	454
10.6.2.	Fase de coletivização da incorporação e construção da edificação .....	458
10.6.2.1.	Oferta e publicidade para as vendas das unidades autônomas.....	458

10.6.2.2.	Comercialização das unidades autônomas .....	463
10.6.2.3.	Representação dos adquirentes .....	467
10.6.2.4.	A construção do empreendimento.....	469
10.6.3.	Fase de conclusão e pós-conclusão da incorporação.....	475
10.6.3.1.	Conclusão das obras, obtenção do habite-se, vistoria e entrega das unidades .....	475
10.6.3.2.	Averbação da construção, individualização e discriminação das unidades autônomas concluídas .....	480
10.6.3.3.	Responsabilidade do incorporador e construtor pela obra ...	481
10.6.3.4.	Uso, manutenção e conservação da edificação .....	481
10.7.	Extinção do contrato de incorporação imobiliária e o desfazimento dos instrumentos contratuais de comercialização das unidades autônomas.....	482
10.7.1.	Resilição bilateral e resilição unilateral .....	482
10.7.2.	Resolução por inadimplemento das obrigações do adquirente .....	485
10.7.3.	Resolução por inadimplemento do incorporador.....	486
10.7.4.	Resolução extrajudicial em razão do inadimplemento do adquirente .....	487
10.8.	Referências bibliográficas.....	488
10.9.	Material complementar .....	493
<b>Capítulo 11</b>	<b>– Condomínio edilício .....</b>	<b>501</b>
	<i>RUBENS CARMO ELIAS FILHO</i>	
11.1.	Breve esboço histórico sobre o condomínio edilício .....	502
11.2.	Natureza jurídica .....	504
11.3.	Instituição e especificação condominial.....	504
11.3.1.	Área comum.....	505
11.3.2.	Área comum de uso exclusivo.....	505
11.3.3.	Área privativa .....	506
11.3.4.	Fração ideal sobre terreno e demais coisas comuns.....	506
11.4.	Vagas de estacionamento e garagem .....	507
11.4.1.	Unidades autônomas, vagas acessórias das unidades e vagas como área comum.....	507

11.5.	Convenção de Condomínio .....	508
11.5.1.	Obrigação <i>propter rem</i> e Obrigatoriedade da Convenção .....	508
11.5.2.	Requisitos mínimos .....	509
11.5.3.	Restrições condominiais .....	510
11.6.	Destinação das unidades.....	511
11.6.1.	Uso e funcionamento das áreas e serviç�os comuns .....	513
11.6.2.	<i>Supressio</i> .....	513
11.7.	Direitos dos condôminos .....	515
11.7.1.	Uso, fruição e livre disposição das unidades.....	515
11.7.2.	Uso das partes comuns .....	516
11.7.3.	O voto e participação nas assembleias.....	517
11.8.	Deveres dos condôminos .....	519
11.8.1.	As despesas do condomínio.....	519
11.8.1.1.	O critério de rateio das despesas.....	519
11.8.1.2.	Despesas ordinárias.....	521
11.8.1.3.	Despesas extraordinárias.....	522
11.8.1.4.	Fundo de reserva .....	524
11.8.2.	Realização de obras.....	524
11.8.2.1.	Acess�es .....	524
11.8.2.2.	Construção de novas unidades imobiliárias .....	525
11.8.2.3.	Obras que comprometam a seguranç�a da edificação .....	525
11.8.2.4.	Alteração de fachada .....	525
11.9.	Destinação e uso das unidades .....	527
11.10.	Sanções condominiais.....	527
11.10.1.	Multa moratória .....	528
11.10.2.	Multa por reiterado descumprimento dos deveres condominiais.....	528
11.10.3.	Multa aplicada ao condômino antissocial .....	530
11.11.	Administração do condomínio.....	531

11.11.1. Assembleias.....	531
11.11.1.1. Competência da assembleia geral ordinária .....	531
11.11.1.2. Competência da assembleia geral extraordinária .....	531
11.11.1.3. Assembleia por meio eletrônico.....	532
11.11.2. Síndico.....	533
11.11.2.1. Síndico condômino e síndico externo .....	533
11.11.2.2. Atribuições do síndico .....	534
11.11.2.2.1. Convocação da assembleia dos condôminos....	534
11.11.2.2.2. Representação do condomínio.....	535
11.11.2.2.3. Conhecimento à assembleia da existência de procedimento judicial ou administrativo, de interesse do condomínio .....	535
11.11.2.2.4. Cumprimento da convenção, o regimento in- terno e as determinações da assembleia .....	535
11.11.2.2.5. Conservação e a guarda das partes comuns e zelo pela prestação dos serviços que interessem aos possuidores .....	536
11.11.2.2.6. Elaboração do orçamento da receita e da des- pesa anual.....	536
11.11.2.2.7. Cobrança das cotas condominiais e multas devidas .....	536
11.11.2.2.8. Prestação de contas anual e quando exigidas ....	536
11.11.2.2.8.1. Conservação e guarda de do- cumentos .....	537
11.11.2.2.9. Contratação do seguro da edificação .....	537
11.11.3. Destituição do síndico.....	538
11.11.4. Outros órgãos de administração .....	539
11.11.4.1. Subsíndico .....	539
11.11.4.2. Conselho Consultivo e Conselho Fiscal .....	539
11.11.4.3. Administradora de condomínio .....	539
11.12. Extinção do condomínio.....	540

11.12.1. Ruína e destruição.....	540
11.12.2. Motivos urbanísticos ou arquitetônicos, condenação do edifício por autoridade pública, em razão de insegurança ou insalubridade .....	540
11.12.3. Desapropriação .....	541
11.12.4. Outras hipóteses de extinção do condomínio edilício .....	541
11.13. Referências bibliográficas .....	542
11.14. Material complementar .....	543
<b>Capítulo 12 – Condomínio de lotes .....</b>	<b>545</b>
<i>BERNARDO AMORIM CHEZZI</i>	
12.1. Noções gerais.....	546
12.2. Condomínio de lotes como um Condomínio Edilício .....	549
12.2.1. O terreno como unidade autônoma.....	550
12.2.2. A fração ideal.....	551
12.2.3. Convenção de Condomínio .....	553
12.2.4. A infraestrutura .....	555
12.3. Condomínio de lotes não é loteamento fechado.....	555
12.4. A incorporação imobiliária .....	557
12.4.1. Peculiaridades do registro .....	557
12.4.2. Contratos de comercialização .....	560
12.5. Aplicação da lei federal nº 6.766/79.....	561
12.5.1. O debate sobre a exigência de prévio parcelamento do solo urbano.....	563
12.5.2. A influência das diretrizes urbanísticas da lei federal nº 6.766/79 nos regulamentos municipais e nas aprovações .....	564
12.5.3. Lote mínimo.....	565
12.5.4. Implantação em área urbana.....	566
12.5.5. Transferência de áreas à municipalidade .....	566
12.6. Tipologias. Uso residencial, não residencial .....	567
12.7. Condomínios de terrenos rurais.....	568
12.8. Referências bibliográficas.....	570
12.9. Material complementar .....	571

<b>Capítulo 13</b> – Supercondomínios e condomínios de uso misto .....	575
<i>OLIVAR VITALE</i>	
13.1. Considerações iniciais.....	576
13.2. Limitações urbanísticas.....	577
13.3. Uso misto e legislação .....	578
13.4. A convenção de condomínio.....	580
13.4.1. Subcondomínio e setores .....	581
13.4.2. Áreas comuns de uso exclusivo.....	582
13.4.3. Despesas condominiais .....	582
13.4.4. Quóruns.....	583
13.5. Fases e lançamentos do empreendimento.....	584
13.6. Alteração do plano da incorporação.....	586
13.7. Cláusula mandato .....	589
13.8. Referências bibliográficas.....	590
13.9. Material complementar .....	591
<b>Capítulo 14</b> – Alienação fiduciária de bens imóveis em garantia.....	593
<i>MELHIM NAMED CHALHUB</i>	
14.1. Propriedade fiduciária. Caracterização geral .....	594
14.1.1. Aplicação .....	595
14.1.2. A propriedade fiduciária no direito positivo brasileiro .....	595
14.1.2.1. Necessidade de sistematização .....	596
14.2. Propriedade fiduciária em garantia .....	597
14.3. Contrato de alienação fiduciária de bens imóveis .....	599
14.3.1. Caracterização geral .....	599
14.3.2. Objeto.....	599
14.3.3. Sujeitos do contrato .....	600
14.3.4. Forma, requisitos e modo de constituição da propriedade fiduciária .....	601
14.3.5. Direitos e obrigações das partes.....	602
14.3.6. Extinção do contrato de alienação fiduciária .....	603

14.3.7.	Consolidação da propriedade e realização da garantia .....	605
14.3.8.	A alienação fiduciária em garantia e a relação de consumo .....	608
14.3.8.1.	Os distintos efeitos da vedação do pacto comissório na alienação fiduciária e na promessa de compra e venda .....	611
14.4.	Penhora e outros atos de constrição sobre os direitos do fiduciário e do fiduciante.....	613
14.5.	Extraconcursalidade do crédito fiduciário na falência e na recuperação judicial de empresa.....	615
14.6.	Ação de reintegração de posse pelo fiduciário .....	617
14.7.	Lacunas legislativas .....	617
14.7.1.	Exoneração da responsabilidade patrimonial do devedor fiduciante.....	618
14.7.2.	Preço vil .....	619
14.7.3.	Consolidação da propriedade e leilão de dois ou mais imóveis .....	619
14.7.4.	Imunidade do direito do credor fiduciário em face de atos de constrição sobre o direito aquisitivo do devedor fiduciante .....	620
14.8.	Referências bibliográficas .....	621
14.9.	Material complementar .....	622
<b>Capítulo 15</b>	<b>– Vícios construtivos .....</b>	<b>625</b>
	<i>JOSÉ CARLOS BAPTISTA PUOLI</i>	
15.1.	Considerações iniciais.....	626
15.2.	Aspectos gerais do direito material tutelável .....	626
15.2.1.	A temática dos vícios construtivos no âmbito do Código Civil .....	627
15.2.2.	A temática dos vícios construtivos no âmbito do Código de Defesa do Consumidor .....	629
15.3.	Classificação dos vícios construtivos.....	631
15.4.	Nexo de causalidade.....	632
15.4.1.	A manutenção das edificações.....	633
15.4.2.	O uso das edificações.....	634
15.4.3.	Conduta “atenta” do dono de uma edificação .....	635
15.5.	Os prazos para exercício do direito e/ou para ajuizar demanda relativa a vícios construtivos .....	635



15.6. Busca por solução “amigável”, com eventual emprego de mediação/conciliação....	640
15.7. Legitimidade ativa e passiva .....	641
15.8. A importância da prova pericial .....	643
15.9. Ônus da prova – Aspectos peculiares neste tipo de litígio .....	643
15.10. Produção antecipada de prova .....	645
15.11. O “pedido” em ações que versam a respeito de vícios construtivos .....	645
15.12. Referências bibliográficas.....	647
15.13. Material complementar .....	648
<b>Capítulo 16 – Condomínio em multipropriedade.....</b>	<b>649</b>
<i>ANDRÉ ABELHA</i>	
16.1. Conceito.....	650
16.2. Instituição e convenção .....	652
16.3. Pool, sistema de intercâmbio e central de locação .....	654
16.4. Direitos, obrigações e penalidades.....	655
16.4.1. Direitos .....	655
16.4.2. Obrigações .....	656
16.4.3. Penalidades.....	658
16.5. Transferência .....	658
16.6. Administração .....	659
16.7. Período de manutenção .....	660
16.8. Multipropriedade em unidades de condomínio edilício.....	660
16.8.1. Adoção em novos condomínios.....	661
16.8.2. Implantação em prévios condomínios .....	661
16.8.3. Convenção de condomínio e regimento interno.....	663
16.8.4. Administrador profissional .....	666
16.8.5. Adjudicação e renúncia.....	666
16.9. Referências bibliográficas.....	667
16.10. Material complementar .....	667

<b>Capítulo 17</b> – Locação de imóveis urbanos.....	669
<i>ALEXANDRE JUNQUEIRA GOMIDE</i>	
17.1. A noção legal do contrato de locação e âmbito de aplicação da Lei 8.245/1991.....	670
17.1.1. Noção legal do contrato de locação .....	670
17.1.2. Âmbito de aplicação da Lei do Inquilinato.....	671
17.1.3. Locações regidas pelo Código Civil e não abrangidas pela Lei 8.245/1991....	672
17.1.3.1. “De imóveis de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e fundações públicas” .....	672
17.1.3.2. “De vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos” .....	672
17.1.3.3. “De espaços destinados à publicidade” .....	673
17.1.3.4. “Em apart-hotéis, hotéis-residência ou equiparados, assim considerados aqueles que prestam serviços regulares a seus usuários e como tais sejam autorizados a funcionar” .....	673
17.1.3.5. “O arrendamento mercantil, em qualquer de suas modalidades” .....	673
17.2. A solidariedade legal.....	673
17.3. Contrato de locação e o plano da eficácia.....	675
17.3.1. A vênua conjugal como requisito de eficácia .....	675
17.3.2. A morte das partes.....	676
17.3.3. Dissolução do casamento ou da união estável.....	678
17.4. Retomada do imóvel pelo locador .....	679
17.4.1. Durante o prazo de vigência do contrato de locação.....	679
17.4.2. Após o transcurso do prazo determinado .....	680
17.5. Devolução do imóvel pelo locatário .....	682
17.6. Alienação do imóvel durante a locação.....	685
17.6.1. Regra legal: relatividade dos contratos (art. 8º, primeira parte) .....	685
17.6.2. Exceção: obrigação com eficácia real (art. 8º, segunda parte) .....	686
17.6.3. Direito de preferência .....	687
17.7. Deveres das partes no contrato de locação.....	688
17.7.1. Deveres do locador.....	688
17.7.2. Deveres do locatário.....	689

17.8. Da sublocação.....	690
17.9. Benfeitorias e sua indenização .....	691
17.10. Locação por temporada.....	693
17.11. Garantias .....	696
17.11.1. Caução.....	696
17.11.2. Fiança .....	698
17.11.3. Seguro fiança .....	701
17.11.4. Cessão fiduciária de cotas de fundo de investimento.....	702
17.12. Referências bibliográficas.....	702
17.13. Material complementar .....	704
<b>Capítulo 18 – Shopping Center.....</b>	<b>707</b>
<i>MARCELO BARBARESCO</i>	
18.1. A concretização da livre-iniciativa e da liberdade de contratar: a necessária segurança jurídica .....	708
18.2. Shopping center .....	710
18.2.1. Caracterização .....	710
18.2.2. Formas de estruturação: sociedade, compropriedade e, concomitante ou não, um condomínio edilício .....	714
18.2.3. Estrutura contratual: a coligação de variados instrumentos de contrato...	719
18.2.4. Remuneração pelo uso .....	722
18.2.4.1. Remuneração percentual .....	722
18.2.4.2. Remuneração mínima.....	724
18.2.4.3. Remuneração mínima dobrada .....	726
18.2.4.4. Remuneração escalonada (ou progressiva) .....	727
18.2.4.5. Remuneração mínima “anual” .....	728
18.2.4.6. Contribuição máxima (ou mínima): custo total de ocupação (CTO).....	728
18.2.5. Estipulações mantenedoras da essência.....	730
18.2.5.1. Tenant mix: ajustes .....	731
18.2.5.2. Cessão direta ou indireta do contrato .....	733
18.2.5.3. Raio.....	735

18.3. Referências bibliográficas.....	737
18.4. Material complementar .....	739
<b>Capítulo 19</b> – Estruturas diferenciadas de cessão do uso de imóveis.....	743
<i>MARCELO BARBARESCO</i>	
19.1. Mutações dos contratos e sua função .....	744
19.2. <i>Built to suit</i> : considerações gerais .....	745
19.2.1. Objeto material: conformação e recebimento .....	750
19.2.2. Remuneração pelo uso: construção de uma realidade .....	751
19.2.3. Vigência e cláusula penal: a materialização da segurança .....	754
19.2.4. Vantagens do <i>built to suit</i> .....	756
19.3. <i>Sale and lease back</i> .....	756
19.3.1. Caracterização das prestações contratuais.....	757
19.3.2. Estipulações conformadoras da economicidade contratual .....	758
19.3.3. Revisão de valor e cláusula penal.....	759
19.4. Compartilhamento de espaços: <i>coliving</i> e <i>coworking</i> .....	761
19.4.1. Estipulações organizacionais .....	763
19.4.2. Regime jurídico do <i>coliving</i> .....	766
19.4.3. Regime jurídico do <i>coworking</i> .....	767
19.5. Locação por meio de aplicativos.....	767
19.5.1. Considerações preliminares acerca do regime jurídico .....	768
19.5.2. Condomínios residenciais e a locação por aplicativos.....	770
19.6. Referências bibliográficas.....	774
19.7. Material complementar .....	776

### Parte 3

## CONTENCIOSO IMOBILIÁRIO ESTRATÉGICO

<b>Capítulo 20</b> – Ação de resolução de contrato de compra e venda de imóveis.....	781
<i>MARCUS VINÍCIUS MOTTER BORGES</i>	
20.1. Noções introdutórias .....	782
20.1.1. Questões terminológicas .....	783

20.1.2.	Fase pré-processual .....	784
20.1.2.1.	A necessidade da prévia notificação e o tempo para purgação da mora .....	785
20.1.2.2.	Prazo para propositura.....	786
20.1.2.3.	Competência .....	786
20.1.2.4.	Legitimidade das partes: outorga uxória e litisconsórcio .....	790
20.2.	Fase postulatória do procedimento .....	791
20.2.1.	Petição inicial .....	791
20.2.1.1.	Causa de pedir .....	791
20.2.1.2.	Pedidos principais.....	792
20.2.1.3.	Pedidos de tutela provisória .....	793
20.2.1.4.	Requerimento de justiça gratuita .....	797
20.2.1.5.	Valor da causa .....	798
20.2.1.6.	Documentos de juntada indispensável .....	800
20.2.2.	Resposta do réu .....	801
20.2.2.1.	Defesas processuais .....	802
20.2.2.2.	Defesas de mérito .....	804
20.3.	Fase de saneamento do procedimento .....	805
20.3.1.	Julgamento antecipado do mérito.....	805
20.3.2.	Julgamento antecipado parcial de mérito .....	806
20.3.3.	Saneamento e fixação dos pontos controvertidos .....	807
20.4.	Fase probatória do procedimento.....	808
20.4.1.	A questão do ônus da prova .....	808
20.4.2.	A ata notarial como meio de prova .....	810
20.5.	Fase decisória.....	811
20.5.1.	Efeitos da sentença de procedência .....	811
20.5.2.	Efeitos da sentença de improcedência .....	812
20.6.	Referências bibliográficas.....	813
20.7.	Material complementar .....	814

<b>Capítulo 21 – Ações locatícias .....</b>	<b>819</b>
<i>LUIZA SILVA RODRIGUES</i>	
21.1. Noções introdutórias .....	820
21.2. Aspectos processuais gerais das ações locatícias .....	821
21.2.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	821
21.2.2. Tramitação durante as “férias forenses” .....	821
21.2.3. Competência .....	823
21.2.4. Valor da causa .....	823
21.2.5. Recursos e seus efeitos .....	824
21.3. Ação de despejo .....	826
21.3.1. Objeto e natureza da ação de despejo .....	827
21.3.2. Legitimidade ativa e legitimidade passiva .....	827
21.3.3. Requisitos da petição inicial .....	829
21.3.4. Hipóteses de concessão de medida liminar de despejo .....	830
21.3.4.1. Descumprimento do mútuo acordo, celebrado por escrito e assinado pelas partes e por duas testemunhas, em que tenha sido ajustado o prazo mínimo de seis meses para desocupação .....	830
21.3.4.2. Encerramento do contrato de trabalho que motivou a locação, quando houver prova escrita da rescisão ou quando restar demonstrada em audiência .....	831
21.3.4.3. Término do prazo da locação por temporada, desde que a ação de despejo tenha sido proposta em até 30 (trinta) dias após o vencimento do contrato .....	831
21.3.4.4. Morte do locatário sem deixar sucessor legítimo na locação residencial .....	832
21.3.4.5. Permanência do sublocatário no imóvel após extinta a locação celebrada com o locatário .....	832
21.3.4.6. Necessidade de reparações urgentes no imóvel, determinadas pelo poder público .....	832
21.3.4.7. Término do prazo de notificação do locatário sem apresentação de nova garantia do contrato .....	833

21.3.4.8.	Propositura da ação no prazo de 30 (trinta) dias do término do prazo da locação não residencial ou do cumprimento de notificação sobre o intento de retomada .....	833
21.3.4.9.	Falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação em contrato desprovido de garantia .....	834
21.3.4.10.	Outras hipóteses de concessão de despejo liminar .....	834
21.3.5.	Prestação de caução .....	835
21.3.6.	Citação do réu e providências cabíveis .....	837
21.3.7.	Produção de provas .....	838
21.3.8.	Sentença e prazo para desocupação .....	838
21.4.	Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação .....	839
21.4.1.	Objeto e natureza da ação de consignação de aluguel e acessórios da locação .....	839
21.4.2.	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	840
21.4.3.	Requisitos da petição inicial.....	840
21.4.4.	Citação do réu e providências cabíveis .....	841
21.4.5.	Distinções: consignação na Lei n. 8.245/1991 e consignação no CPC/2015 .....	842
21.4.6.	Produção de provas .....	842
21.4.7.	Sentença .....	843
21.5.	Ação revisional de aluguéis .....	843
21.5.1.	Objeto e natureza da ação revisional de aluguéis .....	843
21.5.2.	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	845
21.5.3.	Requisitos específicos da petição inicial.....	845
21.5.4.	Fixação de aluguel provisório.....	845
21.5.5.	Citação do réu e providências cabíveis .....	846
21.5.6.	Produção de provas .....	846
21.5.7.	Sentença .....	848
21.6.	Ação renovatória de locação.....	848
21.6.1.	Objeto e natureza da ação renovatória de locação .....	849

21.6.2.	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	850
21.6.3.	Requisitos específicos da petição inicial.....	850
21.6.3.1.	Prova do preenchimento dos requisitos dos incisos I, II e III do artigo 51 da Lei n. 8.245/1991.....	850
21.6.3.2.	Prova do exato cumprimento do contrato em curso.....	853
21.6.3.3.	Prova da quitação dos impostos e taxas que incidiram sobre o imóvel e cujo pagamento lhe incumbia .....	853
21.6.3.4.	Indicação clara e precisa das condições oferecidas para a renovação da locação .....	853
21.6.3.5.	Indicação do fiador, quando houver no contrato a renovar e, quando não for o mesmo, indicação dos dados do novo fiador, com prova de sua atual idoneidade financeira .....	854
21.6.3.6.	Prova de que o fiador aceita os encargos da fiança, autorizado por seu cônjuge se casado for .....	855
21.6.3.7.	Prova, quando for o caso, da condição de cessionário ou sucessor, em virtude de título oponível ao proprietário .....	856
21.6.4.	Prazo decadencial à propositura da ação renovatória .....	856
21.6.5.	Fixação de aluguel provisório.....	856
21.6.6.	Citação do réu e providências cabíveis .....	857
21.6.7.	Produção de provas .....	860
21.6.8.	Sentença .....	861
21.7.	Referências bibliográficas.....	861
21.8.	Material complementar .....	863
<b>Capítulo 22</b>	<b>– Ações condominiais .....</b>	<b>869</b>
	<i>RUBENS CARMO ELIAS FILHO</i>	
22.1.	Ação de cobrança das cotas condominiais .....	870
22.1.1.	Legitimidade passiva do compromissário comprador.....	870
22.1.2.	Unidade pertencente a mais de um condômino .....	872
22.1.3.	Exigibilidade das despesas.....	873
22.1.4.	Prazo Prescricional .....	873
22.1.5.	Citação no condomínio .....	874



22.2.	Execução de cotas condominiais (título executivo extrajudicial).....	874
22.2.1.	Prestações sucessivas.....	875
22.2.2.	Cobrança de unidade autônoma sobre a qual incide alienação fiduciária ...	876
22.2.3.	Penhora de vaga de garagem .....	879
22.2.4.	Responsabilidade ou não do arrematante pelos débitos condominiais ....	879
22.2.5.	Concurso singular de credores .....	881
22.2.6.	Concorrência da dívida condominial com crédito garantido pelo próprio imóvel .....	882
22.2.7.	Concorrência da dívida condominial com crédito trabalhista .....	882
22.2.8.	Concorrência da dívida condominial com crédito de IPTU .....	885
22.3.	Ação anulatória de assembleia geral.....	886
22.3.1.	Legitimidade ativa e passiva .....	889
22.3.2.	Prazo decadencial para invalidade das deliberações das assembleias .....	889
22.4.	Ação de obrigação de não fazer por descumprimento dos deveres condominiais ...	890
22.4.1.	Ação demolitória em decorrência de alteração de fachada .....	891
22.5.	Ação de exclusão de condômino antissocial .....	891
22.5.1.	Função social da propriedade .....	893
22.5.2.	A lacuna da lei e a aplicação dos princípios gerais do direito e a função social da propriedade para o afastamento do condômino antissocial.....	894
22.6.	Ação anulatória de multa .....	895
22.6.1.	Direito ao contraditório no âmbito condominial.....	896
22.6.2.	Relevância do ônus probatório.....	896
22.7.	Referências bibliográficas.....	897
22.8.	Material complementar .....	898
<b>Capítulo 23</b>	<b>– Ações possessórias .....</b>	<b>901</b>
	<i>UMBERTO BARA BRESOLIN</i>	
23.1.	Breves noções históricas .....	902
23.2.	Conceitos introdutórios .....	903
23.2.1.	Bem jurídico tutelado.....	903
23.2.2.	Efetividade da tutela .....	904

23.3.	Os atos violadores da posse .....	905
23.3.1.	Esbulho .....	905
23.3.2.	Turbação.....	905
23.3.3.	Ameaça .....	905
23.4.	Os instrumentos de tutela da posse.....	905
23.4.1.	Desforço imediato .....	906
23.4.2.	Ações possessórias.....	906
23.4.2.1.	Ação de reintegração de posse .....	906
23.4.2.2.	Ação de manutenção de posse.....	906
23.4.2.3.	Ação de interdito proibitório.....	907
23.4.3.	Fungibilidade.....	907
23.5.	Aspectos procedimentais das ações possessórias.....	908
23.5.1.	Competência.....	908
23.5.2.	Legitimidade ativa .....	908
23.5.3.	Legitimidade passiva .....	909
23.5.3.1.	Denúnciação da lide .....	910
23.5.3.2.	Preliminar de ilegitimidade.....	910
23.5.4.	Petição inicial .....	910
23.5.4.1.	Causas de pedir.....	911
23.5.4.2.	Pedidos.....	911
23.5.4.3.	Valor da causa .....	911
23.5.5.	Liminar.....	912
23.5.5.1.	Ação de força nova – procedimento especial.....	913
23.5.5.2.	Ação de força velha – procedimento comum .....	913
23.5.6.	Audiência de justificação prévia.....	914
23.5.7.	Resposta do réu.....	914
23.5.7.1.	Prazo .....	915
23.5.7.2.	Defesa.....	916
23.5.7.3.	Pedido contraposto.....	916
23.5.7.4.	Exceção de domínio.....	916

23.5.8. Provas.....	918
23.5.9. Sentença .....	918
23.5.10. Cumprimento coercitivo .....	919
23.6. O litígio coletivo pela posse .....	920
23.6.1. As invasões coletivas.....	920
23.6.2. Particularidades procedimentais .....	921
23.6.2.1. Ampla publicidade.....	921
23.6.2.2. Intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública...	922
23.6.2.3. Liminar .....	923
23.6.2.4. Audiência de mediação .....	923
23.6.2.5. Cumprimento coercitivo .....	925
23.7. Referências bibliográficas.....	926
23.8. Material complementar .....	927
<b>Capítulo 24 – Ação de divisão e ação de demarcação de terras particulares.....</b>	<b>931</b>
<i>LUIZA SILVA RODRIGUES</i>	
24.1. Noções introdutórias .....	932
24.2. Características comuns à ação divisória e à ação demarcatória.....	932
24.2.1. Natureza dúplice .....	933
24.2.2. Competência .....	933
24.2.3. Possibilidade de cumulação de demandas .....	933
24.2.4. Possibilidade de recorrer à via extrajudicial .....	934
24.3. Ação de demarcação de terras particulares.....	934
24.3.1. Objeto da ação de demarcação .....	934
24.3.2. Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	936
24.3.3. Requisitos específicos da petição inicial.....	937
24.3.4. Citação do réu e providências cabíveis .....	938
24.3.5. Produção de provas .....	938
24.3.6. Sentença .....	939
24.4. Ação de divisão.....	941

24.4.1.	Objeto da ação de divisão .....	942
24.4.2.	Legitimidade ativa e legitimidade passiva .....	942
24.4.3.	Requisitos específicos da petição inicial .....	943
24.4.4.	Citação do réu e providências cabíveis .....	944
24.4.5.	Produção de provas .....	944
24.4.6.	Sentença .....	946
24.5.	Ações dos confinantes prejudicados pela divisão e/ou demarcação .....	946
24.6.	Referências bibliográficas.....	947
24.7.	Material complementar .....	949
<b>Capítulo 25</b>	<b>– Negócios jurídicos processuais em ações imobiliárias .....</b>	<b>953</b>
	<i>HELDER MORONI CÂMARA</i>	
25.1.	Considerações Iniciais.....	954
25.2.	Elementos e condições .....	956
25.2.1.	Existência, validade e eficácia do negócio processual.....	956
25.2.1.1.	O plano da existência.....	957
25.2.1.2.	O Plano da validade .....	958
25.2.1.3.	As condições gerais de validade .....	959
25.2.1.4.	As condições específicas de validade .....	960
25.2.1.5.	O plano da eficácia .....	961
25.3.	Negócios Jurídicos Processuais em Espécie.....	962
25.3.1.	Cláusula <i>non petendo</i> , <i>stay period</i> e limitação do objeto litigioso .....	962
25.3.2.	Provas.....	963
25.3.3.	Execução .....	964
25.3.4.	Outras hipóteses .....	965
25.4.	Referências bibliográficas.....	966
25.5.	Material complementar .....	967
<b>Capítulo 26</b>	<b>– Produção de provas em ações imobiliárias .....</b>	<b>969</b>
	<i>JOSÉ CARLOS BAPTISTA PUOLI</i>	
26.1.	Considerações iniciais e Direito à prova .....	970

26.2.	Os “fatos” nas ações imobiliárias .....	972
26.3.	Os meios de prova e as ações imobiliárias .....	973
26.3.1.	Prova testemunhal e ações imobiliárias.....	974
26.3.2.	Prova documental e ações imobiliárias.....	975
26.3.3.	Prova pericial e ações imobiliárias.....	977
26.4.	Ônus da prova em ações imobiliárias .....	979
26.5.	Produção antecipada de prova – Hipóteses de cabimento e novos escopos .....	981
26.6.	Aspectos práticos da fase de instrução em algumas ações imobiliárias .....	982
26.6.1.	Ações de usucapião de bens imóveis particulares .....	983
26.6.2.	Ações possessórias .....	983
26.6.3.	Ações versando sobre vícios construtivos .....	984
26.6.4.	Ações visando resolução de compromisso de venda e compra .....	984
26.7.	Referências bibliográficas.....	985
26.8.	Material complementar .....	986
<b>Capítulo 27</b>	<b>– Recuperação de créditos imobiliários.....</b>	<b>987</b>
	<i>HELDER MORONI CÂMARA</i>	
27.1.	Considerações iniciais.....	988
27.2.	O crédito garantido por alienação fiduciária.....	990
27.2.1.	A desjudicialização: Lei 9.514/1997 .....	990
27.2.2.	A execução judicial do crédito imobiliário garantido por alienação fiduciária.....	994
27.2.3.	Alienação fiduciária, recuperação judicial e falência do devedor .....	995
27.3.	O crédito garantido por hipoteca.....	997
27.3.1.	A desjudicialização: Decreto-lei nº 70/1966.....	997
27.3.2.	A execução judicial do crédito garantido por hipoteca .....	998
27.3.3.	Hipoteca, recuperação judicial e falência do devedor.....	999
27.4.	Outros créditos envolvendo bens imóveis: contrato de locação e taxas condominiais.....	1000
27.5.	Referências bibliográficas.....	1003
27.6.	Material complementar .....	1004